

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA INCLUSÃO EFETIVA

Maria Madalena Dantas Mendonça¹
Maria Pricila Miranda dos Santos²

RESUMO: A inclusão de alunos com desenvolvimento atípico no ensino regular configura-se como aspecto central das políticas educacionais em âmbito internacional e no Brasil, especificamente, tem ocorrido um acréscimo constante do número de alunos matriculados, especialmente no Ensino Fundamental, gerando progressivos desafios de natureza organizacional, política, pedagógica e cultural para os educadores. O presente estudo tem como objetivo descrever como as unidades de Educação Infantil vêm promovendo a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA. A metodologia utilizada foi um estudo de natureza básica, de caráter bibliográfico de abordagem qualitativa, com foco em autores que abordem a temática em questão. Espera-se que ao final desse estudo seja possível compreender melhor a efetivação das ações voltadas para o processo de inclusão, pois assim, melhores serão os resultados de aprendizagem obtidos por todos os envolvidos, notadamente para os alunos com Transtorno de Espectro Autista, até porque, novas compreensões do significado do que é ensinar e aprender numa educação inclusiva permitirá o conhecimento sobre as verdadeiras necessidades e potencialidades de cada um, o que facilitará o desenvolvimento de propostas pedagógicas eficazes na produção de conhecimentos.

2197

Palavras-chave: Aprendizagem. Integração cognitivo-afetiva. Ensino. Autismo.

ABSTRACT: The inclusion of students with atypical development in regular education is a central aspect of educational policies internationally and in Brazil, specifically, there has been a constant increase in the number of students enrolled, especially in Elementary Education, generating progressive challenges of an organizational nature, political, pedagogical and cultural for educators. The present study aims to describe how Early Childhood Education units have been promoting the school inclusion of children with Autism Spectrum Disorder – ASD. The methodology used was a study of a basic nature, with a bibliographic nature and a qualitative approach, focusing on authors who address the topic in question. It is hoped that at the end of this study it will be possible to better understand the implementation of actions aimed at the inclusion process, as this will improve the learning results obtained by everyone involved, notably for students with Autism Spectrum Disorder, especially because, new understandings of the meaning of what it means to teach and learn in inclusive education will allow knowledge about the true needs and potential of each person, which will facilitate the development of effective pedagogical proposals in the production of knowledge.

Keywords: Learning. Cognitive-affective integration. Teaching. Autism.

¹Mestranda do Curso de Ciências da Educação da Veni Creator Christian University.

²Doutora em Geografia pela UFPE. Docente da Veni Creator Christian University.

I. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, várias foram às contribuições teóricas sobre o estudo do Autismo, que tem sido refletido deixando de ser visto como um quadro específico e único para ser considerada uma síndrome que comporta subtipos variados, tendo assim um aspecto sintomatológico, independente do comprometimento cognitivo (STANISLAU; BRESSAN, 2014).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição geral composta de um grupo de desordens complexas do desenvolvimento do cérebro, que pode ocorrer, antes, durante ou logo após o nascimento, que envolve de acordo com o Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais V (DSM-V) o autismo, a Síndrome de Asperger e o Transtorno Infantil Desintegrativo, e TGD SOE (SILVA, 2012).

Como também o Transtorno de Espectro Autista é um conceito que facilita a compreensão de que o autismo é uma condição muito variável de um caso para o outro (STANISLAU; BRESSAN, 2014).

Na história da psicopatologia foram realizadas várias pesquisas procurando conceituar Autismo e psicoses na criança. Foi em 1943, que o psiquiatra Leo Kanner, realizou um estudo onde observou 11 crianças que apresentavam um quadro clínico peculiar: o principal sintoma era uma incapacidade para se relacionar com outras pessoas (SILVA, 2012).

Para Facion (2005, p. 20) “os critérios levantados para o diagnóstico do Autismo infantil se concentravam no isolamento extremo da criança e a forte insistência obsessiva na preservação de um padrão comportamental”. O estudo a respeito do quadro autista contribuiu para que surgissem duas posições teóricas básicas com indicações terapêuticas específicas: a teoria de natureza etiológica organicista e a teoria ambientalista ou afetiva. Qual é a diferença entre as duas?

De acordo com Facion (2005) os organicistas se baseiam na hipótese de que crianças que apresentam o quadro autista na verdade têm uma incapacidade inata para desenvolver o contato afetivo. Este caráter inato poderia estar ligado a déficits em diferentes níveis comportamentais, afetivos e de linguagem, os quais estariam relacionados a alguma disfunção de natureza bioquímica, genética ou neuropsicológica (KLIN, 2006).

Já na visão de Gauderer (1997), o autismo é considerado como um inadequidade no desenvolvimento que por sua vez, se ratificam de forma grave por toda a vida do indivíduo

e que acomete em cerca 20 mil pessoas entre cada 10 mil nascidos, sendo, quatro vezes mais comum em homens do que em mulheres, e faz parte de todos os lares brasileiros, em todas as famílias de qualquer etnia, classe social etc.

Na perspectiva de Williams e Wright (2008), o autismo engloba tanto a comunicação, quanto a interação social, bem como a imaginação e a conduta comportamental do indivíduo. Ou seja, não é algo que possa ser contraído, como também não é algo genético, mas um transtorno que já vem no nascimento da criança e a acompanha por toda a sua vida.

Esta vertente é também conhecida como psiodinamicista, autores como. Melanie Klein (1981), Margareth Mahler (1983) e Frances Tustin (1975), são seguidores desta vertente, que tomam a psicanálise como eixo central. A psicanálise tem como fundamento o determinismo psíquico, que atribui às causas do comportamento anormal à esfera psíquica e têm como objeto de estudo as representações mentais.

Para estas autoras, “apesar de enfatizarem diferenças quanto às suas postulações teóricas acerca deste transtorno, o Autismo seria um quadro clínico que se constituiria como expressão de um quadro de psicose” (TAMANAHA; PERISSINOTO; CHIARI, 2008, p. 3).

2199

Esta diferenciação entre organicista e psicodinamicista teve sua contribuição para que as formas de tratamento também fossem distintas: para os primeiros, a condução do tratamento deveria ser de origem medicamentosa e comportamental, enquanto para o segundo a melhor maneira de ter resultados satisfatórios seria indicações de psicoterapias para os pais (STANISLAU; BRESSAN, 2014).

A deficiência não deve ser vista, isoladamente, como impedimento que incapacite o pleno desenvolvimento das potencialidades de uma pessoa. As restrições decorrem das estruturas excludentes e das condições objetivas dos diversos campos de atuação do contexto social.

Mesmo o espectro do autismo sendo um grave distúrbio do desenvolvimento e do comportamento existe a possibilidade de minimizar sua dependência, a partir desta necessidade de independência que essas crianças estão sendo inseridas no contexto educacional (KLEIN, 1981).

No contexto educacional, as transformações na Educação Especial, que envolveram uma revisão de concepções e pressupostos, têm sido associadas às mudanças nas práticas

educacionais, culminando com o movimento que defende o percurso educacional integrado dos sujeitos com necessidades educacionais especiais no ensino comum (STANISLAU; BRESSAN, 2014).

O profissional em Educação Especial deve explorar três eixos para o bom desempenho: o conhecimento do perfil dos alunos com autismo ou psicose infantil que freqüentam o ensino comum; a identificação de como se configuram os movimentos e alternativas criadas no contexto educacional, bem como os dispositivos de apoio para o atendimento a esse aluno, devendo existir dispositivos de apoio voltados para favorecer a integração do ensino comum e o ensino especial (EFFGEN, 2011).

É um movimento que busca um novo pensar para a escola, conforme situa Fonseca, para que deixe de ser a escola da homogeneidade e passe a ser a escola da heterogeneidade, para que a escola da discriminação dê lugar à escola aberta a todos (FONSECA, 1995).

A sociedade necessita de uma parceria funcional entre famílias e escolas, pois somente assim, num trabalho conjunto, poderá acontecer uma educação de qualidade que contemplará as necessidades dos educandos, educadores e cuidadores.

Considerando a necessidade de se promover a inclusão de forma efetiva no ambiente escolar, faz-se relevante responder a pergunta que norteará a pesquisa: As escolas da rede pública de ensino promovem a efetiva inclusão escolar de estudantes com transtorno do espectro autista - TEA?

2200

1. DESENVOLVIMENTO

Este trabalho trará uma breve reflexão necessária e de certa forma até ousada a cerca da temática polêmica sobre Autismo, quando tratamos do assunto da Educação Inclusiva. Nesse sentido, ainda existe uma falta muito grande de informação sobre o que deve ser feito ou não quando se tem em sala de aula alunos portadores de necessidades especiais. Pelo exposto justifica-se a busca do conhecimento para realização deste estudo.

A partir do entendimento de que escolas precisam trabalhar adequadamente a inclusão escolar dos alunos com transtorno do espectro autismo, e partindo da problemática gerada, as hipóteses delineadas baseiam-se na questão de que as instituições de ensino tem andado em passos lentos rumo à efetivação do processo de inclusão de estudantes com TEA.

Baseamos ainda na falta de investimento no que se refere à formação de professores no sentido de promover a verdadeira inclusão, bem como a falta de sensibilidade de alguns funcionários quanto à importância da inclusão desses estudantes.

Logo, este trabalho, tem como objetivo contextualizar sobre a educação inclusiva. Como a Constituição brasileira de 1988 determina que a educação vise ao total crescimento humano e sua preparação para o exercício da cidadania (art. 205), não deve haver qualquer restrição do acesso a um espaço caracterizado pela diversidade, que reflita a sociedade como ela é como forma ativa de preparar a pessoa para a cidadania, pois isso seria uma “diferenciação ou preferência” que estaria limitando “em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas” (MANTOAN, 2006, p. 15).

Para essa nova corrente de esclarecimento jurídico da educação para pessoas com deficiência, as escolas atualmente inscritas como especiais devem, então, por força dessa lei, reavaliar seus estatutos, pois, pelos termos da Convenção de Guatemala, a escola não pode intitular-se “especial” com embasamento em diferenciações estabelecidas nas deficiências das pessoas que pretende receber. Principalmente porque a escola além de transmitir a cultura deve realizar transformações das estruturas sociais, adequando as necessidades da criança (FONSECA, 1995).

2201

O tema tem relevância e interesse social e acadêmico pela contribuição que pode oferecer para uma educação de qualidade, como também beneficiar o trabalho do profissional de educação na inclusão escolar.

Tendo sua relevância para o processo educacional, contribuindo como um incentivo às discussões entre os profissionais e acadêmicos que se interessam em oferecer um ensino de qualidade de forma inclusiva para os alunos com transtorno de espectro autista, de forma mais direta, para o enriquecimento pessoal, acadêmico e profissional, para melhor entendimento das questões e necessidades para o efetivo processo de inclusão nas escolas.

1. NOTAS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É de suma importância contextualizar a Educação Especial desde sua origem até os dias atuais, para que seja possível perceber que as escolas especiais são também responsáveis pelos avanços no que se referem à inclusão, elas estão muito distantes de serem as responsáveis pela ausência do direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, de terem acesso à educação.

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando a peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação geralmente particular a partir de 1950, principalmente, tudo isso no conjunto da educação geral na fase de incremento da industrialização do BR, comumente intitulada de substituição de importações, os espaços possíveis deixados pelas modificações capitalistas mundiais (Januzzi, 2004 p. 34).

Torna-se evidente que a inclusão ou a exclusão dos indivíduos com deficiência estão no âmago das questões culturais. Aqui no Brasil, até a década de 50, praticamente não se falava em Educação Especial. Somente a partir de 1970, que a educação inclusiva passou a ser debatida, passando também a ser preocupação dos governantes com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais.

Para dar início à discussão, inclusão é um paradigma que trata de não excluir ninguém, pois todos devem pertencer à sociedade. Como a sociedade é uma adição de inúmeros setores sociais onde a educação se inclui, quando nos referimos à sociedade inclusiva, presume-se que a educação também seja inclusiva, assim como tanto outros setores como o mercado de trabalho, o lazer, o transporte, o serviço de saúde, o esporte.

Ou seja, tudo isso será inclusivo, tudo que venha envolver a atividade humana e que tem a tendência de se tornar inclusivo. Dessa maneira, a educação, considerando a sua importância, pode mover a inclusão nos outros setores, e ao mesmo tempo os outros setores são importantes para que a educação exista e se solidifique.

O movimento da educação para todos alavancou, ganhando muitos aliados em progressão geométrica em consequência dos resultados de vários fatores, que podemos citar dentre eles, o desdobramento de um fato que se caracterizou a fase Pós-Segunda Guerra Mundial, uma vez que muitos feridos da guerra se tornaram deficientes. Por sua vez reabilitados, voltariam a produzir.

A volta deles foi surgindo uma legião multidisciplinar de defensores de seus direitos. Eram aqueles cidadãos que se sentiam, de alguma maneira, responsáveis pelos soldados que haviam ido representar a pátria na guerra. Apesar de prejuízos e perdas, o resultado foi positivo. Pois foi a partir daí que o mundo começou a acreditar na capacidade das pessoas com deficiência.

Nessa defesa da educação inclusiva a autora Werneck (1997, p. 45), dá ênfase à construção de uma sociedade inclusiva que firme um compromisso com as minorias, dentre

as quais está inserido os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. A autora coloca ainda que a inclusão venha “quebrar barreiras cristalizadas em torno de grandes estigmatizados”.

Na concepção de Sasaki (2012):

É fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos (Sasaki, 2012, p. 41).

As políticas de inclusão das pessoas com deficiência têm encontrado no meio acadêmico, a principal ferramenta de apoio para evolução do processo, seja na área social ou educacional.

A sensibilização já tem aumentado em níveis bastante satisfatórios, porém, o trabalho deve ser constante para que o cidadão exerça seu papel de forma clara e objetiva, apoiando e incentivando a inclusão dessa população que durante muito tempo foi excluída. Na atualidade, dispomos de vários dispositivos legais que apontam os direitos dos alunos com algum tipo de deficiência, dentre eles destacamos a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394/96 e o Decreto nº 3.298/99.

O Decreto 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853 de 24/10/1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração das Pessoas com Deficiência, decreta:

Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 1989)

Esse Decreto é uma referência legislativa para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, pois ele assegura os direitos básicos, direito à educação, saúde, trabalho, moradia, transporte e etc. Assim como está na Constituição Federal (art. 6º, CF/1988) “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Atualmente, para se posicionar e entender a inclusão, é de suma importância fazer um passeio pela evolução histórica da Educação Especial num contexto mundial. A educação inclusiva passou por quatro etapas que são elas a etapa da exclusão, a da segregação, da integração e por fim a inclusão. (SASSAKI, 2012, p. 60 e 61)

I. BREVE RELATO SOBRE O TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA – TEA

O Autismo é uma palavra de origem grega *autós*, que quer dizer “por si mesmo.” É uma expressão utilizada dentro da Psiquiatria para qualificar condutas humanas que estão centralizadas em si mesmo, na qual são voltados para o próprio indivíduo. Conforme o dicionário médico Stedman (1987, p. 18) o autismo é uma desordem neurobiológica, apesar da ferramenta precisa do transtorno ainda não ser conhecido, embora a causa psicológica seja descartada. Ou seja, em termos clínicos os sintomas podem surgir desde o nascimento ou mesmo em algum momento antes dos 3 anos de idade da criança.

Ele define, entre suas características, uma diminuição do ritmo do desenvolvimento psiconeurológico, social e lingüístico, bem como a presença de reações anormais e sensações diversas como ouvir, ver, tocar, sentir, equilibrar e degustar. (GAUDERER, 1997). A relação com pessoas, objetos ou eventos é realizada de uma maneira usual, levando a crer que haja um comprometimento orgânico do sistema nervoso central.

No Autismo existe uma grande dificuldade para o desenvolvimento no que tange os relacionamentos interpessoais, visto que os autistas não têm interesse pelas outras pessoas, dispensam o contato humano, como também exibem dificuldades no desenvolvimento de outras habilidades sociais, principalmente na linguagem verbal e na corpórea (gestos, mímicas, etc.). (TAMANHA; PERISSINOTO; CHIARI, 2008).

O autismo é uma síndrome que afeta vários aspectos da comunicação, além de influenciar também no comportamento do indivíduo. É ainda causador de muitos distúrbios no que se refere às interações sociais. Todavia, identificar esse distúrbio não é uma tarefa muito fácil, entretanto muitos pais têm medo de descobrir que tem uma criança com tais transtornos e por essa razão, acabam não buscando ajuda por medo do resultado do diagnóstico e, por vezes, quando o fazem, não encontram profissionais capacitados para dar um diagnóstico preciso.

Estes problemas de relacionamento social aparecem antes dos 5 anos de idade, caracterizando-se, por exemplo, por uma incapacidade de desenvolver o contato olho a olho, jogos em grupos, contatos físicos etc. A pessoa com Autismo poderá às vezes aparecer com um choro sem controle, ou pode dar gargalhadas, sorrisos, aparentemente sem causa. É comum não apresentar medo do perigo, como altura ou automóveis se locomovendo, podendo ocorrer movimentos corporais como o balançar (SILVA, 2012).

Aprender a conviver, a respeitar e saber que cada dia é uma oportunidade para enfrentar e conviver com o autista e superar as dificuldades, inabilidades que podem ser vencidas ou melhoradas com o tempo e com o tratamento correto.

I. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender as leis, direitos e deveres e como encaixá-lo numa sociedade ainda tão preconceituosa e exclusiva que lançamos mão de reflexões e discussões no decorrer da execução desse trabalho, destacaremos pontos, não como respostas prontas e acabadas e sim como ponto de partida para novas reflexões e posteriores questionamentos.

É importante lembrar que toda criança, independente das suas necessidades, tem direito a uma educação de qualidade, uma educação voltada para essas necessidades, uma vez que a escola é um ambiente privilegiado, no qual pode incorporar valores no contexto escolar que possibilitam muitas ferramentas que proporcionam viabilizar a comunicação e as construções sociais.

Esta pesquisa abordou um tema muito polêmico e de forma mais ampla, procurando respaldar as necessidades, a vivência, o dia a dia familiar e escolar das crianças com TEA, procurando compreender seu desenvolvimento e seu envolvimento em outros ambientes sociais dentro de uma perspectiva inclusiva. Mesmo sabendo que, por mais difíceis que sejam suas dificuldades, é fundamental que o aluno autista esteja incluindo no contexto escolar desde os primeiros anos.

De acordo com que discutimos dentro da visão histórica sabemos que muito ainda precisa ser feito para o trabalho ser posto em prática diante do contexto de deficiência no processo ensino aprendizagem. Pelo menos é o que resgatamos nessa pesquisa bibliográfica. Mas fica o questionamento se essas crianças conseguiram ser felizes em meio a um contexto onde suas diferenças são evidentes.

O que se precisa está evidente é que toda criança precisa ser amada e estimulada. Porém no percurso deste trabalho, pelo que foi avaliado na conversa com os autores envolvidos, percebemos um movimento cada vez mais crescente na busca da inserção da pessoa com necessidades especiais, no intuito de garantir sua igualdade de direitos.

Assim foi possível apresentar que desde os primórdios essa tem sido uma luta encampada pelos próprios portadores dificuldades e seus familiares.

No decorrer desse trabalho tomamos conhecimentos da existência de vários documentos que legitimam a igualdade de direitos da pessoa que apresenta qualquer dificuldade em integrar-se aos mais diversificados ambientes, ressaltando o âmbito escolar.

Portanto no confronto entre as leis e o que realmente acontece no meio escolar e demais ambiente da sociedade, constata-se que lia ainda em grau de distanciamento. Há em desconhecimento, por parte da maioria dos educadores, das famílias e da sociedade como um todo sobre os direitos assegurados pelas diretrizes sobre a inclusão social e educacional de todas as pessoas.

Gesta-se, portanto, um discurso veiculado pelos meios de comunicação social de pelos mais diversos suportes escritos ou falados. Acontecem congressos, cursos, treinamentos, porém são ainda fragmentados. Portanto, ao professor se posta um grande desafio, sendo por um lado o desconhecimento das leis e a fala de capacitação profissional e por outro a fala de instrumentação necessária para lidar como os diversos tipos de deficiência.

Como educadores precisamos estar atentos às dificuldades e transtornos de aprendizagem para sermos capazes de contribuir com a resolutividade da problemática em questão, buscando junto aos pais compromisso no acompanhamento das mesmas na vida escolar de seus filhos.

É pertinente ainda adotar livros didáticos condizentes com a realidade dos alunos, professores dispostos a trabalhar conteúdos relacionados ao cotidiano dos mesmos, apresentando dinâmicas e brincadeiras, desenvolvendo metodologias que se adaptem a realidade desses alunos com transtornos para buscar suprir suas necessidades, também com escolas que tenham recursos para melhoria na educação especial.

A inclusão é uma palavra de significado forte que envolve compreensão, novo olhar para o outro e sobre tudo, um novo olhar para nós mesmos. Inclusão não significa que tenha que haver assimilação, não há na inclusão uma perda de valores éticos, religiosos e culturais, ela é um adicional ao legado nos pais, é uma soma de culturas com total respeito à diversidade, é na verdade quando há a chance de encarar os valores e moralidade de frente.

Os conhecimentos teóricos trazem contribuições importantes e permitem ao professor fundamentar suas ações. A ausência destes conhecimentos limita as mudanças, restringindo também os papéis que a criança portadora da síndrome pode representar tanto na escola como na sociedade.

Ter acesso aos outros profissionais, como fonoaudiólogos e fisioterapeutas envolvidos no desenvolvimento deste indivíduo, com certeza trazem contribuições significativas para as ações do professor em sala de aula. É importante salientar que cada aluno faz parte de um grupo social e que cada grupo é regulamentado por usos, costumes, tradições e regras que precisam ser observados pelos profissionais que irão trabalhar com eles.

Caminhar em direção às mudanças necessárias é partir para a análise crítica da estrutura atual dos sistemas de ensino e da própria escola. Porém, seria muito importante, neste momento em que novo paradigma educacional se estabelece, que houvesse um repensar sobre a estrutura universitária, formadora dos profissionais docentes e não-docentes.

É muito importante que conheçamos a família e a ligação da escola com a mesma precisa ser direta e construtiva para a formação do aluno como cidadão independente, além disso, se faz necessário considerar as limitações deste aluno, suas dificuldades, potencialidades e quais as expectativas com relação à escola.

Trouxemos a tona apenas um recorte de tantas outras formas de olhar e lidar com o autismo. Destaco que para que de fato haja uma educação inclusiva é de suma importância fazer parte desse processo, pois ninguém inclui, sem antes conhecer, logo, nesse sentido o professor precisa conhecer o autismo, conhecer como uma criança autista se sente, quais suas reações, como ela manifesta suas emoções ou como se sente mais confortável para aprender e acima de tudo, é preciso conhecer seus alunos e suas singularidades.

Consideramos que todo o desenvolvimento deste trabalho, contribuiu ricamente para termos aporte teórico para ser colocado em prática na sala de aula, no fazer pedagógico, bem como em pesquisas futuras, contribuindo também de forma efetiva para o campo educacional, pois aprendemos que, incluir não é apenas colocar a criança dentro de uma sala e jogar comum, mas encontrar meios para que a criança aprenda, se socialize, interaja e acima de tudo, se sinta confortável nesse ambiente (BRITO, 2015).

Os novos paradigmas educacionais sugerem para uma formação continuada de professores que atendam aos requisitos de uma educação estética tanto para os alunos como para os seus professores, que estejam comprometidos com as estratégias e os impactos que a inclusão pode provocar no dia a dia e no ensino e aprendizagem das crianças com deficiência.

É preciso considerar essas questões, pois precisam envolver mudança de hábitos, costumes, conhecimentos, valores, habilidades, criatividade e competências, ferramentas que podem ser otimizadas numa ação coletiva, na qual compreende uma formação autônoma, com base em uma prática educadora que promova a autonomia dos sujeitos.

A sugestão seria que a educação, nesta proporção, pode ser o um diferencial na formação de indivíduos preparados não somente para colaborar, mas, acima de tudo, capaz de sugerir atividades de desenvolvimento que venham a condizer com as necessidades e realidade em que se vive.

Dessa forma, é fundamental que a escola propicie aos pais e a toda comunidade escolar sobre a temática estudada nessa pesquisa, para que não apenas os professores, mas os pais também possam ter conhecimento acerca do assunto, uma vez que mesma a escola estando inserida em um contexto social, nem todos possuem a compreensão da importância da inclusão de crianças autistas no ambiente escolar.

Enfim, resta aos que convivem com limitação a nível pessoal, somar a estas as limitações pela falta de adaptações do meio social ou educacional, sem os quais pedem grandes oportunidades de mostra o seu potencial e as reais aptidões para tornarem-se pessoas autônomas e independentes como todo e qualquer cidadão, na plenitude de seus direitos como cidadão.

2208

Espera-se que essa pesquisa possa servir de inspiração para os profissionais da escola pesquisada, lembrando que o tema abordado contribuiu para o processo de inclusão, colaborando com o trabalho diário dos interessados pela pesquisa, visto que é uma escola competente, empenhada e comprometida com a educação e de papel importantíssimo para a inclusão dos autistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Adaptações curriculares. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, 46 1989/99.

BRITO, Elaine Rodrigues de. **A inclusão do autista a partir da educação infantil**: um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no município de Sinop Mato Grosso. In: Revista Eventos Pedagógicos. Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências. v.6, n.2 (15. ed.), p.82-91. jun./jul. 2015.

EFFGEN, Ariadna Pereira Siqueira. **Educação Especial e Currículo Escolar**: possibilidades nas práticas pedagógicas cotidianas. Dissertação de Mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

FACION, José Raimundo. **Transtorno Invasivos do Desenvolvimento e Transtornos de Comportamento Disruptivo**. Curitiba: IBPEX, 2005.

FONSECA, Vitor. **Introdução as Dificuldade de Aprendizagem**. 2. Ed. rev. Aum. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GAUDERER, Christian. (Org). **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1993.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

KLEIN, Melanie. **Contribuições à psicanálise**. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2012.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mundo Singular: Entenda o Autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

STANISLAU, Gustavo M; BRESSAN, Rodrigo Affonseca. **Saúde Mental na Escola: O que os educadores devem saber**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

TAMANAHHA, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; CHIARI, Brasília Maria. Uma Breve Revisão Histórica Sobre a Construção dos Conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. **Rev. Soc. Bras. Fonoaudiol.** 2008, vol. 13, n. 3, pp. 296-299. ISSN 1982-0232.